

Ministro da Justiça lança, na próxima quarta, pacote de medidas

Plano especial

A evolução acelerada do número de assassinatos no Estado virou preocupação nacional. A segurança pública no Estado sem avanço nas mãos do governo estadual, o próprio governador Teotonio Vilela Filho (PSDB) resolveu pedir socorro à presidente Dilma Rousseff. Há cerca de um ano, Vilela tem tentado catequizar técnicos do Ministério da Justiça para elaborar alternativas de combate ao crime no Estado. Após sucessivas frustrações em Alagoas, o governo estadual admitiu a incapacidade de, sozinho, reverter os números da violência no Estado.

Repetidas vezes, em discursos oficiais, o governador dizia se sentir abandonado na luta contra o crime e cobrou maior presença do governo federal em Alagoas. Teotonio Vilela chegou a pleitear tratamento igual ao dispensa-

do ao estado do Rio de Janeiro, que no ano passado teve diversos morros comandados pelo tráfico ocupados pela polícia, com a ajuda do Exército brasileiro. Cansado de brigar com os números ano a ano, toda vez que um Mapa da Violência era publicado revelando que Alagoas, desde 2006 se manteve na primeira colocação, como o Estado com maior número de homicídios do Brasil, o governador começou a dar visibilidade ao fato de que a explosão dos números de homicídios se deu antes de ele chegar ao governo, no início dos anos 2000. Segundo Vilela, sua equipe não conseguiu reduzir os indicadores da violência, mas teria neutralizado os números.

A chegada do crack no Estado tem sido a justificativa mais recorrente nos discursos oficiais do gover-

no, para explicar os altos índices de homicídio que Alagoas coleciona ao longo dos últimos anos. Diversas vezes, o governo convocou a imprensa para assistir à entrega de equipamentos, como armas, viaturas e coletes à prova de balas. Mas as ações parecem não ter dado resultados significativos. Projetos como a ronda cidadã, que busca melhor aproveitar o efetivo de policiais militares na capital, onde aconteceram 14.912 mortes dos 27.601 homicídios registrados de 1980 até 2011, também parece que não conseguiu barrar o avanço do número de vítimas no Estado.

A situação desoladora de Alagoas inspirou a criação de um Plano Nacional de Segurança Pública que será lançado em Maceió na próxima quarta-feira. Diante dos números de vítimas em território alagoa-

no, a presidente Dilma Rousseff resolveu intervir e atendeu aos apelos do governador Teotonio Vilela. Até a última semana, o plano era guardado a sete chaves. Mas em entrevista ao jornal Folha de S.Paulo, o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, revelou detalhes da estratégia que começará a ser executada aqui, para depois ser levada aos demais estados do Brasil. Segundo o ministro, um eventual fracasso do Plano Nacional significará a falência das políticas públicas na área de segurança do País. "Só temos duas opções, dar ou dar certo", repetem as autoridades envolvidas no projeto.

Impunidade

600

Total de inqueritos resolvidos, mas de um total de 4.180 - o que revela o fracasso na investigação de homicídios

ALAGOAS NO RANKING NACIONAL DE HOMICÍDIOS

ANO	POSIÇÃO
1989	6º
1991	8º
1993	10º
1994	10º
1996	14º
1997	11º
1998	11º
2000	11º
2002	10º
2004	6º
2007	1º
2010	1º

MACEIÓ NO RANKING NACIONAL DE HOMICÍDIOS

ANO	POSIÇÃO
1989	5º
1991	6º
1994	6º
1996	9º
1997	9º
1998	14º
2000	8º
2004	5º
2007	1º
2010	1º

Projeto reforça área de perícia

Entre as medidas anunciadas pelo ministro da Justiça na entrevista ao jornal Folha de S.Paulo, está o investimento de R\$ 43 milhões só em equipamentos - R\$ 25 milhões do governo federal e R\$ 18 milhões do Estado. A perícia deve receber volume considerável desta verba. A estratégia é combater a impunidade. Peritos da Força Nacional serão enviados a Alagoas enquanto o governo não realiza concurso público para sanar a deficiência de pessoal. De acordo com levantamento divulgado pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), com dados con-

clusivos da chamada Meta 2, que, em parceria com o Poder Judiciário e o Ministério da Justiça, tentou elucidar todos os inqueritos de crimes de homicídios instaurados até 31 de dezembro de 2007, Alagoas apresenta os piores quantitativos de delegados e peritos criminais do País. Segundo o estudo, mesmo com a ajuda da Força Nacional de Polícia Judiciária, dos 4.180 inqueritos instaurados até 31 de dezembro de 2007 e ainda sem solução em Alagoas, apenas 600 foram concluídos, o que representa 15,79% de alcance da meta. O Estado ficou entre os cinco com pior desempenho, à frente apenas do Espírito Santo (14,76%), Paraíba (8,83%), Goiás (8,09%) e Minas Gerais (3,24%). Os melhores re-

sultados ficaram a cargo do Acre (100%), Roraima (99,58%), Piauí (98,14%), Maranhão (97,36%) e Rondônia (94,67%). Ainda de acordo com o relatório, Alagoas possui 76 delegados, dividindo com o Acre, que tem o mesmo quantitativo, a pior colocação do Brasil. O número representa 2,44 delegados para cada 100 mil habitantes. O número de peritos é ainda mais preocupante. São 34 para o Estado inteiro - 1,09 perito para cada 100 mil habitantes. Só há menos peritos no Piauí (21). Desde a semana passada, o governador Teotonio Vilela está convidando representantes de todos os setores da sociedade alagoana a comparecer no lançamento do Plano Nacional de Segurança Públi-

ca. Em entrevista a Gazeta, ele negou que esteja havendo no Estado uma espécie de "intervenção branca". Segundo Vilela, o governo federal está apenas atendendo ao seu pedido de ajuda, demonstrando que o avanço da criminalidade é uma preocupação nacional. "Desde o ano passado estou buscando este apoio do governo federal. E diante da nossa situação, com elevados índices de homicídio, o Ministério da Justiça resolveu atuar em parceria com o nosso governo. Não há intervenção. O Rio de Janeiro teve ações realizadas recentemente, também em parceria com o governo federal, com ocupação de comunidades inteiras, e não se falou em nenhum momento em intervenção. É parceria".

Investimento

R\$ 43 mi

o volume de recursos a serem investidos em equipamentos para viabilizar uma perícia científica